

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Com mais de 800 casos de covid-19, Petrobrás pode enfrentar ação do MPT	2
Título: Estatal diz que enfrentou ‘enorme dificuldade’ para adquirir testes	3
Título: O princípio da força maior	4
VEÍCULO: O Globo	6
Título: Apesar de reajuste, gasolina está 30% abaixo do exterior	6
Título: Entenda os principais fatores que afetam os combustíveis	6
Título: Brasil é um dos países com menor queda na bomba	8
Título: Com combustíveis, IPCA tem deflação de 0,31%	10
Título: Ancorados, com Covid-19, na Baía de Guanabara	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/05/2020****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / Rio****Título: Com mais de 800 casos de covid-19, Petrobrás pode enfrentar ação do MPT**

Segundo o Ministério de Minas e Energia, com base em dados repassados pela estatal, há ainda cerca de 1,6 mil casos sendo investigados; Ministério Público do Trabalho e os sindicatos questionam a efetividade e os prazos das medidas de combate tomadas pela empresa

Essenciais à continuidade do abastecimento de combustíveis no País, trabalhadores em plataformas e refinarias da Petrobrás estão na linha de frente de exposição ao coronavírus. Mais de 800 petroleiros próprios da empresa e terceirizados já foram contaminados, segundo o Ministério de Minas e Energia, que no seu cálculo utilizou informação repassada pela própria petroleira. Há ainda 1.642 casos sendo investigados.

Os casos de contaminação em plataformas e ambientes da Petrobrás são analisados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). “Temos algumas investigações em andamento em relação às empresas afretadas (empresas contratadas pela estatal para operar as plataformas) para que elas apliquem os mesmos procedimentos adotados pela estatal. Se a gente não conseguir, numa eventual ação judicial, a Petrobrás também tem de ser responsabilizada, porque ela é a concessionária (do campo)”, diz a coordenadora nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário do MPT, Flávia Bauler.

A aglomeração e o confinamento próprios do trabalho nas plataformas de petróleo facilitam a disseminação da Covid-19, dizem especialistas. O MPT e os sindicatos dos trabalhadores questionam a efetividade e os prazos das iniciativas tomadas pela empresa para lidar com o problema. A Petrobrás afirma que vem adotando uma série de medidas preventivas (ler mais abaixo).

O diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, afirma que os “trabalhadores do Sistema Petrobrás não se sentem seguros, desde a hora que têm de pegar o transporte até o trabalho nas unidades operacionais para garantir serviços essenciais à população”. A maior parte da contaminação acontece no Rio de Janeiro, na Bacia de Campos. São 620 casos confirmados no Estado, segundo o MPT.

Parte da explicação para o avanço da doença na Petrobrás está na natureza da atividade de exploração e produção de petróleo, diz Yuri Lima, engenheiro de

produção e pesquisador do Laboratório do Futuro (LabFuturo) da Coppe/UFRJ. Segundo ele, a atividade nas plataformas marítimas é naturalmente propícia à proliferação do coronavírus, porque nelas os trabalhadores ficam confinados em espaços fechados de hotelaria, que são os locais de convívio diário de toda tripulação.

“A Petrobrás demorou a agir e algumas medidas básicas ainda não estão sendo tomadas, como a realização de testes em todas as unidades operacionais. O sindicato tem alertado a empresa desde janeiro por meio de ofício e parecer do nosso médico do trabalho”, diz Tezeu Bezerra, coordenador geral do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), representante dos empregados da Bacia de Campos.

Medidas de contenção.

Para tentar fazer frente à pandemia, os gestores da Petrobrás começaram a adotar iniciativas de prevenção em meados de março. A principal delas foi a medição de temperatura e anamnese, feita por uma equipe de saúde da empresa, de quem embarcava para as unidades marítimas. Em seguida, alterou a rotina nas embarcações. A escala de trabalho passou de 14 para 21 dias consecutivos. O contingente embarcado foi reduzido à metade. E foram estabelecidas restrições ao uso dos espaços de convívio.

Mas, até então, não havia qualquer garantia de que os petroleiros já não chegavam contaminados para o confinamento. Somente no último dia 20 a empresa passou a analisar mais criteriosamente a tripulação antes de liberá-la ao embarque. Neste momento, porém, 236 empregados próprios e terceirizados já estavam contaminados e havia a suspeita de que mais de mil também estivessem com a doença, segundo o MME.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/05/2020

Seção: Economia

Autor: F. N e D. L.

Título: Estatal diz que enfrentou ‘enorme dificuldade’ para adquirir testes

Petrobrás afirma que, ainda assim, foi uma das primeiras empresas no País a realizar exames em larga escala

A Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, diz que enfrentou “enorme dificuldade” para adquirir testes e serviços especializados para enfrentar a disseminação da Covid-19 entre seus funcionários. Mas que, ainda assim, foi uma das primeiras empresas brasileiras a realizar exames em larga escala. “Na companhia são feitos cerca de 40 testes por grupo de mil pessoas e,

a título comparativo, essa taxa nos Estados Unidos é de cerca de 23 por mil pessoas”, afirmou, acrescentando que o dado americano é da Johns Hopkins University.

A companhia afirma também que, desde o início da pandemia, vem adotando uma série de medidas preventivas. Entre elas, “orientações sobre higiene e etiqueta respiratória, redução do efetivo nas atividades operacionais, alterações na rotina operacional para possibilitar o distanciamento entre as pessoas, monitoramento contínuo e testagem de todos os colaboradores com suspeita, isolamento com monitoramento médico pré-embarque, triagem médica e testagem rápida pré-embarque”.

Sobre o uso de máscaras, que passaram a ser distribuídas pela estatal no dia 26 de abril, quando a empresa tinha 510 confirmações da Covid-19, a companhia argumenta que teve dificuldade de encontrar o item no mercado e, por isso, num primeiro momento, orientou os funcionários a adquirirem por conta própria.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) diz que as empresas “vêm estabelecendo procedimentos de contingência para manutenção das operações de forma segura e em conformidade com a regulação, o que vem sendo acompanhado diariamente pela ANP”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/05/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O princípio da força maior

Dois fatos recentes ocorridos no setor de energia elétrica, e que vêm se repetindo nos demais setores econômicos e no sistema de concessões públicas, dão a dimensão dos problemas jurídicos causados pela pandemia da covid-19 e pela crise econômica dela decorrente. O primeiro fato envolve uma distribuidora de energia do Sudeste que foi proibida, por liminar, de cortar a luz de empresas em dificuldades. Ao justificar o não pagamento das contas, essas empresas invocaram o princípio de força maior, que decorre de fatores naturais, inevitáveis e imprevisíveis. Alegando que a liminar a levaria à insolvência, a distribuidora recorreu ao Supremo Tribunal Federal, que cassou a liminar.

O segundo fato envolve a mesma concessionária. Ela informou à empresa geradora de energia elétrica que, por motivo de força maior, causado pela pandemia, não tinha como pagar seus débitos. A contradição não passou despercebida nos meios jurídicos e na área econômica do governo. A Advocacia-

Geral da União (AGU) classificou a pandemia como força maior e recomendou que os contratos firmados por concessionárias e governo sejam repactuados, para evitar uma enxurrada de ações judiciais. O Banco Central (BC) afirmou que, se o princípio da força maior for endossado de modo indiscriminado pelos tribunais, os contratos deixarão de ser cumpridos e a incerteza jurídica se disseminará no setor privado e no sistema de concessões de serviços públicos.

Como não há no Judiciário jurisprudência consolidada definindo se uma pandemia como a covid- 19 pode ser classificada como “evento de força maior”, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou aos juízes que, antes de julgar os litígios impetrados com base nesse princípio, estimulem as partes a entrar em negociação. Com isso, a multiplicação de decisões discrepantes causadas por interpretações do princípio da força maior, na Justiça, poderia ser contida. O que levou a AGU, o BC e o CNJ a se manifestarem é um problema grave. Trata-se do risco de um efeito em cadeia de decisões judiciais que, ao autorizar o descumprimento de obrigações contratuais em nome do princípio de força maior, provoquem uma insolvência generalizada, levando as cadeias produtivas ao colapso e o sistema de concessões a se “romper”, como adverte a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base.

Se no dia a dia o colapso pode ser provocado pelo não pagamento de aluguéis e mensalidades escolares, distratos de compra e venda de ativos e suspensão de fornecimento de insumos, no sistema de concessões de serviços públicos ele pode ser causado pela redução de demanda e aumento de inadimplência. Desde o início da quarentena, a queda de usuários no setor de transporte urbano foi de 70%. No setor de energia elétrica, o consumo caiu 12%, enquanto a inadimplência subiu 15%. Além disso, o problema vem sendo agravado por comportamentos oportunistas, com empresas que já estavam inadimplentes antes da pandemia e estão aproveitando a crise para, de má-fé, descumprir contratos.

O problema também vem sendo agravado pelo abuso do poder econômico, com “empresas capitalizadas e com acesso a crédito internacional procurando transferir a elas mais frágeis responsabilidades que competem a elas”, como afirmou a União da Indústria de Cana-de-Açúcar ao criticar uma distribuidora de combustível que pediu revisão de contratos. Situações como essas podem levar a um desequilíbrio inédito das obrigações contratuais sem que a Justiça consiga detê-lo. Por isso, o CNJ está certo em pedir aos juízes que incentivem a mediação.

E a AGU e o BC também estão certos quando recomendam que as decisões judiciais e as repactuações de contratos levem em conta as especificidades de cada caso. É preciso cuidado, pois o uso indiscriminado da força maior pode

acarretar um apagão do sistema jurídico, agravando ainda mais um quadro que já é dramático.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/05/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ E BRUNO ROSA

Título: Apesar de reajuste, gasolina está 30% abaixo do exterior

Segundo especialistas, Petrobras não repassou toda a alta das últimas semanas do dólar e do petróleo para o valor praticado por suas refinarias no país

Com a disparada do câmbio e do barril do petróleo nas últimas semanas, a Petrobras aumentou os preços da gasolina em 12% na quinta-feira, o que irritou o presidente Jair Bolsonaro.

Apesar do reajuste, especialistas estimam que a gasolina vendida nas refinarias da estatal está em torno de 30% abaixo das cotações internacionais.

De acordo com Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), é natural que a Petrobras não tenha repassado todo o aumento do petróleo e do dólar de uma só vez.

Segundo ele, se isso fosse feito, o reajuste ficaria acima de 30%, o que geraria impacto na economia.

— O mercado de petróleo funciona olhando o futuro. Há a expectativa de abertura da economia nos Estados Unidos e na Europa. E um dos produtos cujo consumo deve aumentar são os combustíveis — destacou Pires.

Em abril, o preço da gasolina registrou queda de 9,31% no Brasil, segundo o IBGE, o que provocou uma deflação de 0,31% no IPCA.

Mas, segundo Pires, o movimento pode mudar a partir deste mês. Ele acredita que a cotação do petróleo vai continuar acima de US\$ 30 o barril, forçando a estatal a anunciar novos reajustes na gasolina e no diesel.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/05/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Entenda os principais fatores que afetam os combustíveis

> O preço da gasolina está defasado no Brasil em relação ao praticado lá fora?

Sim. Os preços da gasolina nas refinarias da Petrobras, apesar do último aumento de 12%, ainda estão em torno de 25% a 30% abaixo dos valores praticados no exterior. De acordo com especialistas, a Petrobras levou um tempo maior para reajustar seus preços, apesar da disparada do câmbio e da ligeira recuperação das cotações de petróleo, porque avaliou que seria difícil fazer um reajuste elevado de 30% de uma só vez em um cenário de crise econômica e forte queda no consumo por conta da quarentena. A expectativa é que na próxima semana a Petrobras faça novos reajustes, tanto para a gasolina, quanto para o diesel, se o barril do petróleo continuar na faixa dos US\$30.

> Quanto o preço da gasolina já caiu no ano e por que a Petrobras decidiu reajustar o combustível nesta semana?

Neste ano, o preço da gasolina acumula redução de 46,6% nas refinarias. O litro da gasolina custa, em média, R\$ 1,02 nas refinarias, o menor valor desde setembro de 2005. Na última quinta-feira, a estatal reajustou a gasolina em 12% nas refinarias devido ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional. Segundo a Bloomberg, o barril do tipo Brent, referência internacional, passou de US\$ 19,33, em 21 de abril, para quase US\$ 31 em 5 de maio, forçando a estatal a reajustar seus preços. A alta do dólar frente ao real é outro motivo. Desde o último reajuste da gasolina nas refinarias, em fevereiro, a moeda pulou de R\$ 4,39 para R\$ 5,70.

> Por que o preço do petróleo teve quedas bruscas neste ano, e o que explica a recente alta?

Desde o início do ano, o preço do petróleo caiu cerca de 50%. Primeiro, a falta de acordo entre os integrantes da Opep, que reúne os maiores produtores do mundo, e a Rússia, derrubou os preços, com um excesso de oferta devido à queda na demanda. Depois, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou pandemia do coronavírus, o petróleo despencou ainda mais. Na mínima do ano, em 21 de abril, a cotação do Brent chegou a US\$ 19,33. Nesta última semana, o preço do petróleo se recuperou, superando os US\$ 30, devido às expectativas positivas da retomada da economia com a abertura gradual na Europa e nos Estados Unidos.

> Porque a queda de preço nas refinarias não chega na mesma intensidade às bombas?

Uma das explicações é que os estoques, tanto das distribuidoras quanto dos postos, estão elevados por causa da queda no consumo. Além disso, a parcela da Petrobras na composição do preço final na gasolina é de apenas 18% —que

se somam a impostos federais de 18% (Cide, PIS/Cofins) e estaduais (ICMS, de 33%, em média), além de 11% do custo do etanol anidro que é adicionado à gasolina e de 20% de margem da distribuição e da revenda do produto.

> Recentemente, o petróleo chegou a ser negociado a valores negativos. Por quê?

O preço do petróleo tem duas referências internacionais. No dia 20 de março, o barril tipo WTI (West Texas Intermediate), usado nos Estados Unidos, fechou valendo US\$ 37,63 negativos. Isso aconteceu porque a economia americana reduziu drasticamente seu ritmo, afetando o consumo de petróleo. Com isso, as empresas de energia estavam com seus estoques cheios. Como os contratos de WTI exigem entrega física, quem estava com essa obrigação fez de tudo para se livrar do “problema”, o que derrubou os preços.

> Como a queda de preço dos combustíveis afeta o caixa da Petrobras?

A redução afeta em cheio a companhia, porque essa é uma de suas principais fontes de receita (cerca de 60%). Assim, quanto menor o preço do produto vendido, menor será sua receita.

> Por que a queda do diesel é menor que a da gasolina?

Porque são produtos diferentes, com custos diferentes. No caso do diesel, são levados em conta não apenas os preços do petróleo no mercado internacional, mas os preços do próprio diesel, que variam sazonalmente. No verão do Hemisfério Norte, por exemplo, seus preços costumam aumentar por conta do maior uso do produto nos automóveis nos EUA. Atualmente a defasagem do diesel nas refinarias em relação ao mercado internacional é da ordem de 12%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/05/2020

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: Brasil é um dos países com menor queda na bomba

Segundo especialistas, tributos impedem repasse total das reduções aos preços ao consumidor. Mistura com etanol também afeta

Em meio à pandemia do coronavírus, o preço da gasolina virou alvo de queixas generalizadas. Primeiro foi o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que chamou os revendedores de “inimigos do capitalismo” por não baixarem o valor do combustível na mesma proporção em que a estatal reduz os preços na

refinaria. Levantamento de uma consultoria mostra que a queda no Brasil é a menor nos dez principais mercados globais.

Segundo estudo da Global Prices Petrol, a redução do preço da gasolina ao consumidor foi de 14,4% entre 27 de janeiro e 4 de maio. Percentual mais discreto que mercados como Estados Unidos, onde a queda chegou a 24%.

Os postos se queixaram da concentração de mercado das distribuidoras. Para fechar, o presidente Jair Bolsonaro reclamou do aumento de 12% anunciado pela Petrobras na quinta-feira.

A celeuma em torno do tema ganha eco quando o país é comparado a outros mercados importantes de consumo de combustíveis.

Falta de concorrência, nível de estoques e alta carga tributária aparecem como os principais motivos que explicam este cenário.

Ilan Arbetman, analista de Óleo & Gás da Ativa Investimentos, lembra que o caminho do combustível da refinaria até o consumidor final é longo e com uma carga fiscal que impede o repasse integral das reduções.

Bruno Gandolfo, do Stocche Forbes Advogados, diz que um dos fatores que impedem uma redução maior dos preços da gasolina nas bombas é a própria composição do combustível, que tem 27,5% de etanol anidro.

Para o empresário do setor de energia e ex-secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia Márcio Félix, a carga tributária é um dos principais motivos que explicam a diferença de preço no Brasil em relação aos EUA e à Europa.

O ICMS, calculado a cada 15 dias com base no levantamento de preços médios nos postos, é um problema.

— Cada estado tem uma forma de levantar o preço médio. Em uma sequência de reduções de preços nas refinarias, o valor absoluto (não a alíquota) do ICMS pode estar sendo calculado com base em um preço maior — explicou Márcio Félix.

Paulo Miranda, presidente da Fecombustível, entidade que representa os postos, lembra que 70% da distribuição de combustíveis no país estão concentrados nas mãos de BR, Shell e Ipiranga.

Em nota, as distribuidoras de combustíveis ligadas ao Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) ressaltaram que os preços no Brasil são livres. O IBP destacou ainda que a carga tributária está “praticamente inalterada”.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/05/2020****Seção: Economia****Autor: KAREN GARCIA****Título: Com combustíveis, IPCA tem deflação de 0,31%**

Índice de abril é o menor em 22 anos, e analistas esperam outra queda este mês. Preço da gasolina recua em todas as regiões pesquisadas, reflexo das medidas de isolamento. Na contramão, alimentação em casa tem alta de 2,24%

Com forte queda no preço dos combustíveis, o país teve deflação de 0,31% em abril, mostrou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo IBGE. É a menor variação mensal desde agosto de 1998 (-0,51%). Em março, o indicador havia subido apenas 0,07%. Apesar da deflação, no ano o IPCA acumula alta de 0,22%, ficando em 2,40% em 12 meses.

Para especialistas, o resultado do IPCA revela a fragilidade da economia e sinaliza uma recessão.

O maior impacto negativo no índice em abril veio do grupo transportes — no qual estão incluídos os combustíveis —, com queda de 2,66% no mês. Os preços de combustíveis desabaram quase 10%, sendo que só a gasolina caiu 9,31%.

— O resultado de abril foi muito influenciado pela série de reduções nos preços dos combustíveis, principalmente da gasolina, que caiu bastante e puxou o índice para baixo — explicou o gerente da pesquisa, Pedro Kislanov.

Individualmente, a gasolina teve o maior impacto negativo sobre o índice no mês. Na quinta-feira, a Petrobras reajustou o preço da gasolina nas refinarias em 12%, por causa da recente valorização do barril do petróleo no exterior e da alta do dólar — o que levou o presidente Jair Bolsonaro a dizer que vai questionar a empresa. No acumulado do ano, no entanto, o combustível ainda tem queda, já que, devido às medidas de isolamento social, a demanda caiu muito.

MAIS POBRES SÃO AFETADOS

Segundo Kislanov, o recuo no preço da gasolina ocorreu em todas as 16 regiões pesquisadas. A maior queda foi Curitiba (13,92%), e a menor, no Rio de Janeiro (5,13%). Também caíram os preços do etanol (13,51%), óleo diesel (6,09%) e gás veicular (0,79%).

— O grande fator que joga para o negativo é a parte de combustível de veículos. Que tem a ver com a restrição de movimentação de pessoas. Isso

chegou na bomba com um combustível mais barato — afirmou a economista do Itaú Unibanco, Julia Passabom.

Seis dos nove grupos aferidos pelo IBGE registraram queda. Já o grupo alimentos e bebidas avançou 1,79%. Um de seus componentes é a alimentação em domicílio, cuja alta passou de 1,40% em março para 2,24% no mês passado.

O preço da cebola subiu 34,83%, enquanto os da batata-inglesa e do feijão-carioca avançaram 22,81% e 17,29%, respectivamente. As carnes, porém, tiveram o quarto mês consecutivo de queda, com recuo de 2,01%.

— Há uma relação da restrição de oferta, natural nos primeiros meses do ano, e do aumento da demanda provocado pela pandemia de Covid-19, com as pessoas indo mais ao mercado, cozinhando mais em casa — disse Kislánov.

Por outro lado, a alimentação fora de casa, passou de 0,51% em março para 0,76% em abril, pressionada pela alta do lanche (3,07%). Pelo segundo mês consecutivo, a refeição registrou deflação: 0,13%. Em março, a queda foi de 0,10%.

— A alimentação responde por cerca de 20% do índice e subiu mais de 2,20% em um único mês. Essa inflação está sendo sentida pelas famílias mais pobres. Muitos estão sem emprego e sem salário — afirmou André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Ibre/FGV.

Ele ressalta que a deflação é mais um indicador da fragilidade econômica:

— Ninguém tem dúvida de que a economia brasileira não vai crescer e o PIB ficará negativo. Isso está no mundo inteiro. Bens duráveis, como geladeira e carro novo, não têm variação, porque não têm demanda. O desemprego aumentou, e quem está empregado não quer se endividar.

O resultado de abril aponta uma inflação abaixo da meta de 4% estipulada pelo governo. Segundo Braz, isso indica a chegada de uma recessão.

— Inflação boa é inflação na meta. Abaixo da meta significa que a economia pode entrar em recessão. Não está gerando novas oportunidades de negócio, por consequência não está empregando as pessoas e gerando renda.

ATUAÇÃO DO BC

Na opinião de Julia Passo-bom, aspectos de curto prazo e temporários, como combustíveis e turismo, apontam uma continuidade da deflação nos próximos meses. Braz também acredita que o IPCA deste mês ficará negativo, porque a alta dos alimentos não deve ser tão forte.

Para Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, a deflação reforça a necessidade de reduzir os juros: — Com a pandemia, as pessoas foram para casa, mudaram o padrão de consumo. Quem ganhava dinheiro na rua não tem mais renda. Os itens sensíveis da política monetária estão sofrendo mais por conta do choque de demanda e precisam de uma resposta do Banco Central.

Devido à pandemia, os preços foram coletados em sites, por telefone ou e-mail.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/05/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ

Título: Acorados, com Covid-19, na Baía de Guanabara

Quatro tripulantes de uma embarcação que presta serviços a atividades de exploração de petróleo foram resgatados após descobrirem que tinham contraído coronavírus. Segundo um deles, a sensação foi de ‘ficar à deriva, ali pertinho’

Quatro tripulantes com coronavírus foram resgatados ontem de helicóptero do navio Baru Mucura, da empresa Baru Offshore Navegação. A embarcação prestava apoio a atividades de exploração e produção de petróleo e estava ancorada na Baía de Guanabara desde a semana passada.

Os casos de Covid-19 têm se multiplicado no setor de petróleo. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), até a última quinta-feira, havia 551 trabalhadores em plataformas que tiveram teste positivo para a doença.

Segundo o relato dos tripulantes, foram quase dez dias de medo, apreensão e ansiedade. Antes do embarque, realizado no último dia 29 de abril, os trabalhadores fizeram teste para Covid-19, mas os resultados só seriam conhecidos dias depois. No dia previsto para o início da viagem foram submetidos à modalidade de teste rápido, que deu negativo para todos.

Enquanto a embarcação permanecia fundeada na Baía de Guanabara, aguardando os serviços que executaria, os trabalhadores visitaram, por conta própria, o site do laboratório do primeiro exame, mais completo, e verificaram que quatro de um total de 11 pessoas tinham resultado positivo para a doença.

Um deles descreveu o período que passou no navio como “a sensação de ficar à deriva, só que não em alto-mar, mas aqui pertinho, na Baía de Guanabara”. Trabalhadores também se queixam da falta de apoio da empresa, que teria entregue apenas um kit de higiene aos funcionários.

Sem informações sobre medidas de auxílio, trabalhadores relatam que os tripulantes da embarcação começaram a passar mal, sem saber se atravessavam uma crise de ansiedade diante da perspectiva de passar dias retidos na Baía de Guanabara ao lado de pessoas com Covid-19 ou se já começavam a apresentar sintomas do vírus. “Estava todo mundo enlouquecendo”, resumiu um deles.

Os tripulantes relatam que as ações iniciais de proteção foram tomadas pelo grupo, como medidas de isolamento, comida e medicamentos.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou que autorizou o desembarque dos quatro tripulantes e que já determinou as medidas sanitárias necessárias. A agência ressalta que monitora o estado de saúde de todos os tripulantes.

O navio deverá permanecer no local até completar 14 dias de quarentena, a contar a partir do último dia 5 de maio, quando foram notificados os casos no diário de bordo da embarcação.

Desde que foram confirmados os casos, a Anvisa solicitou a avaliação médica de toda a tripulação diariamente, higienização e equipamentos de proteção individual.

O Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ) informou que a situação dos trabalhadores na embarcação Mucura também está sendo acompanhada no âmbito do Projeto Ouro Negro. O MPT-RJ e outras instituições estão avaliando as medidas cabíveis a serem adotadas.

Em nota, a Baru Offshore confirmou que o teste rápido mostrou resultados negativos para todos os tripulantes e que os testes mais completos só foram conhecidos dias depois do embarque. A empresa afirma que houve ainda um terceiro teste, cujo resultado só teria sido conhecido na última quinta-feira, que mostrou resultado negativo para todos os trabalhadores.

A empresa diz que antes do embarque todos os tripulantes realizaram os protocolos determinados pelas autoridades sanitárias e que, ao tomar conhecimento da situação, iniciou medidas de isolamento a bordo e acionou médico infectologista para avaliar remotamente o quadro de saúde de cada trabalhador. Segundo a empresa, todos estavam assintomáticos.

MME / ASCOM .